NARRATIVAS E IDENTIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO CONSTRUTIVISMO E DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Carlos José Naujorks[1]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo realizar uma apresentação das abordagens teóricas que tematizam a relação entre narrativas e identidade, com destaque para as abordagens do Construtivismo e do Construcionismo Social. Toma como referência autores reconhecidos dessas duas abordagens (Jerome Bruner e Kenneth Gergen) para relacioná-los entre si e também com outras duas abordagens que tematizam narrativas e identidade: a Abordagem Narrativa da Identidade e a Abordagem Fenomenológica Existencialista. A análise teórica realizada evidencia os diferentes acentos dados pelo Construtivismo e pelo Construcionismo aos processos sociais que definem as narrativas e ao sujeito, que elabora, por sua vez, uma narrativa sobre si. O artigo apresenta, também, a relevância de aspectos complementares trazidos tanto pela Abordagem Narrativa da Identidade quanto pela Abordagem Fenomenológica Existencialista para o debate sobre a relação entre narrativas e identidades.

Palavras-chave: Identidade. Narrativas. Construtivismo. Construcionismo social.

INTRODUÇÃO

A socialização é o processo fundamental pelo qual, através linguagem, nos apropriamos da cultura e construímos significados sobre nós e o mundo. Esses significados e os sentidos que constituímos a partir deles referenciam nossas identidades. A identidade é uma construção subjetiva que se dá a partir do contexto social em que estamos inseridos, da cultura e dos processos narrativos que a constituem e que compartilhamos (KAUFMANN, 2005). Ela deve ser compreendida como um processo permanente, contínuo, sempre refeito, de ressignificação dos referentes sociais apresentados pela cultura, pelas instituições, grupos sociais e pessoas que nos são significativas.

A linguagem assume uma primazia na construção da realidade social e da subjetividade, sendo as narrativas as formas socialmente constituídas de organizar os significados disponibilizados pela linguagem. Assim, além de representar o mundo e as coisas, as narrativas constroem e disponibilizam significados pelos quais as pessoas dão sentido a si e a seu mundo

[1] Psicólogo (UFSC), Mestre em Sociologia Política (UFSC) e Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: carlos.naujorks@ufsc.br.

(MOUTINHO, de CONTI, 2016). As narrativas são socialmente formuladas em diversos níveis, podendo, num primeiro momento, ser diferenciadas em narrativas culturais, narrativas institucionais e narrativas biográficas. Episódios, mesmo singulares, são, também, narrados.

Ao considerar a relação entre narrativas e identidade podemos, em um primeiro momento, diferenciar dois âmbitos de análise que configuram, cada um, campos disciplinares distintos. Um primeiro, mais próximo da sociologia, antropologia, pedagogia e história, dentre outras disciplinas, diz respeito à identidade coletiva e aos processos culturais de constituição da identidade individual, em suas múltiplas dimensões: coletiva, social e pessoal. Aqui, importa menos os sentidos individuais atribuídos a si, aos outros e à sociedade e, mais, como os processos culturais disponibilizam os referentes a partir dos quais a identidade coletiva e individual é constituída. Em relação ao estudo das narrativas, importa evidenciar os sentidos e significados disponibilizados pelas narrativas culturais. A abordagem das pedagogias culturais são um exemplo de estudos nesse âmbito (GIROUX, 2003).

Um segundo âmbito de análise diz respeito aos processos narrativos elaborados pelas pessoas a partir dos quais elas constituem uma identidade sobre si e os outros. Aqui, o que importa é, justamente, os processos narrativos específicos que as pessoas elaboram sobre si e ou outras pessoas e como essas narrativas permitem a construção de um sentido de si. A narrativa biográfica, a entrevista, a fala interior, podem ser tomadas como exemplos dessas narrativas que o sujeito elabora sobre si e pelas quais ele elabora sua identidade (BRUNER, 2008). Este artigo aborda essa segunda perspectiva dos estudos sobre as narrativas e tem como objetivo colocar em destaque as relações entre narrativa e identidade. Para tanto, apresenta duas perspectivas teóricas sobre o tema – o construtivismo e o construcionismo social - e destaca, em relação a elas, algumas decorrências de seus postulados para uma compreensão dos processos identitários.

1 NARRATIVAS E IDENTIDADE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Dentre a diversidade teórica que abarca atualmente o tema da narrativa nas ciências sociais, dois importantes desenvolvimentos teóricos apresentam, com as especificidades que lhes são devidas, a relação entre narrativa e identidade: o construtivismo e o construcionismo social. Neste ensaio, tomaremos essas duas abordagens como referência para a elaboração de uma compreensão das relações possíveis entre a temática da narrativa e os processos de construção identitária. Pela sua relevância, duas outras abordagens devem ser citadas: a

Abordagem Narrativa da Identidade e a Abordagem Fenomenológica Existencialista, as quais serão tratadas de maneira sucinta neste artigo.

O construtivismo tem em Vygotsky (1991, 2000), Bakhtin (2009, 1997) e, mais contemporaneamente, em Jerome Bruner (1987, 1991, 2008), suas principais referências. Jerome Bruner, de forma específica, estabelece um diálogo entre o construtivismo (Vygotsky e Bakhtin) e o cognitivismo social. O construcionismo social, por sua vez, tem como principal referência J. Gergen (2001, 2007, 2009) e incorpora fortemente as contribuições das teorias sistêmicas.

De forma ampla, podemos considerar que para essas abordagens a histórica contada por uma pessoa sobre si pode ser entendida como um retrato de sua identidade (VIEIRA; HENRIQUES, 2014). Nesse sentido, as abordagens narrativas da identidade privilegiam o relato que a pessoa elabora e entende que esse relato é a base pela qual a pessoa constitui um entendimento de si e do mundo. Através da construção de uma narrativa, cada pessoa elabora uma compreensão e dá um determinado sentido para si e para o mundo, identifica-se com esse sentido ou não.

2 A PERSPECTIVA SOCIO-HISTÓRICA E O CONSTRUTIVISMO

Tomamos aqui Vygotsky como ponto de partida. Para o autor, o pensamento, a consciência e um sentimento de si, constituem-se pela interiorização, através linguagem, dos significados produzidos pelas relações sociais: “necessariamente tudo o que é interno nas funções superiores ter sido externo: isto é, ter sido para os outros, aquilo que agora é para si” (VYGOTSKY, 2000, 24). Há, então, uma primazia das relações sociais e da linguagem como mediação para as relações sociais. Novamente: “Qualquer função psicológica superior foi externa – significa que ela foi social; antes de se tornar função, ela foi uma relação social entre duas pessoas” (VYGOTSKY, 2000, p. 24). Não só os conteúdos, ou seja, os significados atribuídos a si, aos outros e às coisas, mas as próprias funções psíquicas, como o atribuir significados, a memória, a atenção, etc, foram, antes, relações sociais medidas pela linguagem e daí interiorizadas. Fica, então, clara a perspectiva teórica, com seus desdobramentos antropológicos: “O mais básico consiste em que a pessoa não somente se desenvolve, mas também constrói a si. Construtivismo” (VYGOTSKY, 2000, p. 33). Bakhtin permite, na continuidade de uma perspectiva antropológica materialista, evidenciar a importância dos processos linguísticos a partir dos quais uma narrativa de si e do mundo é elaborada. Conceitos

como gêneros discursivos, ideologia, polifonia, estilo, autoria, entre outros, tornam-se conceitos importantes para a compressão do papel da linguagem na construção de um sentido de si, dos outros e do mundo (BRAIT, 2005).

Bakhtin e Vygotsky compartilham o entendimento da importância da mediação da linguagem para a constituição do sujeito. Porém, enquanto para Vygotsky a dinâmica do desenvolvimento se dá pela interiorização de formas discursivas externas, Bakhtin enfatiza o caráter dialógico desse processo e destaca a polifonia que caracteriza os múltiplos discursos que constituem o campo de significados onde se encontra o sujeito. Em decorrência, para o autor, todo relato coloca em evidência um conjunto de interações, de diálogo com as múltiplas vozes que compõe uma intertextualidade na qual estamos imersos (BOLÍVAR; DOMINGO, FERNÁNDEZ, 2001). O relato narrativo integra os diversos pontos de vista que compõem a diversidade das relações sociais das quais fazemos parte.

Para Bruner, tendo como referência Clifford Geertz, a psicologia "deve organizar-se em torno dos processos de produção e uso do significado que ligam o homem à cultura" (2008, 29). Seguindo Allport, Bruner considera que na vida social, os hábitos, uma vez estabelecidos, assumem o papel de motivos para ação. A narrativa permite reiterar normas e estabelecer uma mediação entre a vida social, a cultura e o idiossincrático e singular.

Para Bruner, partindo de Bakhtin, as narrativas construídas pelos indivíduos se dão tendo como referência narrativas socialmente constituídas:

> o indivíduo constrói narrativas sobre si mesmo a partir de narrativas culturalmente dadas: tragédias, comédias, novelas, romances ou *bildungsroman* [romance de formação], nas quais ele assume o lugar de protagonista em um processo de autoconstrução. Essas narrativas possuem, portanto, uma função organizadora do self (VIEIRA, HENRIQUES, 2014, 164).

Os processos cognitivos e linguísticos assumem culturalmente determinadas formas e organizam a maneira pela qual a narrativa autobiográfica é realizada: "Nós também nos tornamos variantes de formas culturais canônicas" (BRUNER, 1987, 15).

Evidencia-se aqui o duplo aspecto das narrativas: algo disponibilizado pela cultura, na forma de narrativas sociais e, por outro lado, algo realizado pelo sujeito, como produção de uma inteligibilidade sobre si, os outros e o mundo. De forma geral, as abordagens narrativas vão privilegiar esse segundo aspecto da narrativa. Bruner (1987) chama atenção que a forma como a cultura é transmitida é propriamente um problema da antropologia. Para o autor, as

narrativas são, sobretudo, as histórias que contamos sobre nossas vidas, nossas autobiografias, e como elas são constituídas a partir do que culturalmente apresenta-se como canônico.

Pode-se evidenciar algumas formas canônicas sobre essas narrativas: a fábula, a narração épica, atemporal; o discurso cronológico, como algo que sucede temporalmente e; os gêneros narrativos, como modelos gerais nas quais histórias particulares tomam formas específicas (o romance, a farsa, a comédia, a tragédia, a romance de formação, os contos de fadas, as histórias de aventuras, etc. (BRUNER, 1987, 17,18). Além disso, as histórias que contamos possuem minimamente uma estrutura que envolve a presença de um agente, uma ação, um objetivo, um local, instrumentos e um problema (BRUNER, 1987, 18).

Sobre o agente, Bruner destaca que nas narrativas clássicas, mitológicas, como no drama grego ou no teatro de Shakespeare, o agente aparece como um encarregado do destino. Não são estados intencionais que dirigem a ação. No final da Idade Média, com o Renascimento e, mais tarde, com a Reforma Protestante, há um empoderamento e um enriquecimento subjetivo do agente como protagonista. Os indivíduos passam a transcender e a resistir à sociedade e criar eles mesmos suas ações e se responsabilizarem por elas (BRUNER, 1991). Aqui aparece a dualidade do pano de fundo da ação: esse pano de fundo aparece como o cenário no qual os eventos são contatos e o agente desenvolve sua ação e, de forma cada vez mais acentuada, como relato subjetivo, interioridade, como relativismo trazido pelo próprio narrador. O relato autobiográfico constrói um cenário no qual a ação se dá e encontra sua justificativa. Pode-se considerar, assim, um duplo aspecto do canônico na narrativa: do gênero, que lhe dá forma e estrutura, e do seu conteúdo, que define determinados temas, valores, personagens, etc.

Bruner (1991) elenca dez características da narrativa: as narrativas referem-se a acontecimentos particulares (particularidade), através dos quais a pessoal se vê implicada, ou seja, acontecimentos que são de alguma forma relevantes (implicação intencional), são narrados com certa sequencia temporal (diacronicidade), adquirindo certa composição intrínseca (composição hermenêutica). Além disso, a narrativa remete, sempre, a algo que se apresenta como um padrão e que funciona como uma referência (gênero), que é tomado como modelo (canonicidade), a partir do qual ele se constitui e se referencia (referencialidade). “Os gêneros parecem fornecer tanto ao escritor quanto ao leitor "modelos" cúmplices e convencionais para limitar a tarefa hermenêutica de dar sentido a acontecimentos humanos que narramos a nós mesmos, bem como aqueles que ouvimos outros dizem” (BRUNER, 1991, 14). Além disso, o gênero constitui a estrutura narrativa:

> O gênero parece ser uma maneira de organizar a estrutura dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, de organizar a expressão dos mesmos - um modo que pode ser usado para contar a sua própria história ou mesmo para "localizar" as histórias que alguém está contando ou lendo (BRUNER, 1997, 6).

As três ultimas características referem-se à normatividade (toda narrativa está preocupada com alguma forma de legitimidade cultural), a sensibilidade ao contexto e negociabilidade e às possibilidades de continuidade que a narrativa pode ensejar.

A narrativa organiza e estrutura a realidade humana. Dentre os princípios narrativos elencados por Bruner, gênero, canonicidade, referencialidade e normatividade parecem ser aqueles que mais estão ligados às narrativas sociais apropriadas pelo sujeito. Podemos considerar esses aspectos (gênero, canonicidade, referencialidade e normatividade) como aqueles socialmente disponibilizados pelas narrativas sociais e que são, por sua vez, temporalmente organizados em uma narrativa singular (diacronicidade e particularidade), a partir dos sentidos e da composição de um conjunto coerente dado pelo sujeito (implicação intencional, composição hermenêutica e referencialidade), organizado com certa abertura e continuidade (sensibilidade ao contexto e negociabilidade e continuidade narrativa). Mesmo considerando que essa distinção não é estanque e que toda narrativa é constituída por significados compartilhados pelo sujeito em um dado contexto cultural, a distinção proposta permite enfatizar os processos sociais de produção da narrativa e aqueles a partir dos quais os sujeitos se apropriam desses referentes socialmente disponibilizados.

3 CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Outro desenvolvimento teórico que relaciona diretamente narrativa e identidade é o Construcionismo Social. O desenvolvimento dessa abordagem tem como referências contribuições da antropologia, principalmente da etnometodologia, com os estudos desenvolvidos a partir da fenomenologia e do interacionismo simbólico, através de autores como Alfred Schutz, Erving Goffman, Peter Berger e Thomas Luckmann, Gregory Bateson, Richard Geertz, além da incorporação de filósofos como Paul Ricouer, John Searle e Wittgenstein. Situando-se nesse conjunto teoricamente amplo, Gergen (2001) e Ron Harré (HARRÉ; GILLET, 1999) tem apresentado uma compressão do self e uma problematização da identidade a partir do marco do Construcionismo Social (LOCK; STRONG, 2010).

Para o Construcionismo Social, o mundo tal qual se nos apresenta é tomado como uma construção social. A construção da realidade se dá através de um processo de atribuição de

significados pelo qual a realidade é tornada inteligível. A construção da realidade é a construção de uma inelegibilidade sobre essa realidade. Assim, constituem-se socialmente práticas discursivas compartilhadas que dispõem marcos de interpretação da realidade (GOFFMAN, 2012).

A partir desse pressuposto construcionista, Gergen (2007) elabora uma visão relacional do sujeito, uma concepção sobre identidade e self não como uma estrutura cognitiva privada, mas como um discurso sobre o sujeito elaborado a partir do que ele encontra disponível na esfera pública. Nossas relações com os outros se dá e é vivida de forma narrativa, ou seja, constituímos a nós mesmos e aos outros narrativamente. As pessoas dão significado às suas vidas contando suas experiências: vidas são, sobretudo, eventos narrativos. Aqui, o conceito de autonarração relaciona-se com o fenômeno identitário. Para Gergen, a autonarração "se refere às explicações que um indivíduo elabora sobre a relação existente entre os eventos relevantes para o Eu através do tempo. Ao elaborar uma autonarração, a pessoa cria conexões coerentes entre os eventos da vida" (2007, 155). A autonarração, mais do que uma elaboração do indivíduo, lentes a partir das quais cada um leria o mundo, é, ela própria, forma social de inteligibilidade. Através da narrativa elaborada pela pessoa (autonarração), podemos ter acesso às narrativas sociais, seus critérios, às formas narrativas, suas convenções e estereotipias (GERGEN, 2007).

Gergen se contrapõe a uma perspectiva cognitivista da narração. Para ele, na perspectiva cognitivista, a narração, tal qual os demais mecanismos cognitivos, tem uma função adaptativa. O autor utiliza a seguinte metáfora: para a perspectiva cognitivista, a narração seria algo como um cardápio em um restaurante que permite à pessoa se orientar em relação aos pratos que estão disponíveis. O dispositivo narrativo aqui é um recurso que temos para orientar a ação. Gergen e a perspectiva construcionista divergem dessa ideia simplesmente porque não temos cardápios específicos para cada a situação da vida, mas eles mesmos são construídos na interação e não como um atributo cognitivo *a priori* (GERGEN, 2007). Assim, do ponto de vista construcionista, as propriedades das narrativas não são apenas histórica e culturalmente constituídas, mas reconstituídas singularmente e sustentadas por essa singularidade (GERGEN, 2007).

Gergen (2007) diferencia sua perspectiva, não necessariamente como uma oposição, das abordagens narrativas que colocam como ênfase o indivíduo, citando entre elas o existencialismo (CHARMÉ, 1984), o construtivismo de Bruner e a Abordagem Narrativa da Identidade. Gergen destaca o caráter de narração social das autonarrações. Para ele, as

autonarrações são “histórias orais ou contos morais dentro de uma sociedade. São recursos culturais que servem a propósitos sociais, como autoidentificação, autojustificação, autocrítica e coesão social” (GERGEN, 2007, 157).

Entender como devem ser estruturadas as narrativas dentro da cultura permite identificar os limites da identidade, o que delimita os processos de identificação presentes em um determinado contexto. A narração não é decorrente de uma necessidade cognitiva (no sentido de algo intrínseco), nem tampouco da realidade, mas da necessidade de discursivamente nos relacionarmos. Assim, de forma geral, a narração precisa aproximar-se das formas convencionais. A identidade pessoal e os traços pessoais, como o caráter, a moral, a biografia, não são dados *a priori* para a vida social, mas definidos a partir dos relacionamentos, resultados das próprias relações, das narrativas construídas nessas relações e que permitem, por sua vez, a afirmação da identidade pessoal. A identidade pessoal, e os referentes das outras dimensões identitárias, exige uma manutenção realizada nas relações sociais. Não existiria, então, uma coerência e estabilidade da identidade, um Eu duradouro, que permitiria transitar com segurança pelas diversas situações sociais.

Gergen elenca critérios utilizados no processo de construção da autonarrativa, formas convencionais e estereotipias em relação a essas formas. Em relação aos critérios, Gergen (2007) apresenta: 1. Estabelecer um ponto final (evento, situação) com valor; 2. Selecionar eventos relevantes para o ponto final; 3. Ordenar os eventos; 4. Estabilidade da identidade ao longo da narrativa; 5. Vínculos causais; 6. Signos de demarcação. Esses critérios são histórica e culturalmente contingentes. Eles permitem ao sujeito através da construção de uma narrativa localizar-se nessa narrativa, constituindo-se identitariamente. Gergen define quatro grandes formas convencionais, tramas a partir das quais pode se desenvolver a narração: a comédia, o romance, a tragédia e a sátira. Essas tramas são, no entanto, organizadas segundo uma avaliação do ponto final, da meta do que se quer ou está narrando, o que permite a Gergen identificar, também, três formas rudimentares de narrativa: a narração de estabilidade, de progressão e de regressão (GERGEN, 2007). Através do uso das formas convencionais e das formas rudimentares, determinadas narrativas são cristalizadas, o que define para o sujeito repertórios específicos a partir do qual ela pode produzir uma narrativa de si. Essa narrativa de si é, em última análise, uma explicitação das narrativas sociais, dos seus conteúdos, formas e processos. Em uma síntese, Gergen assinala:

> a história que uma pessoa conta acerca de si mesmo deve empregar as regras comumente aceitas de construção narrativa. As construções narrativas de amplo uso cultural foram um conjunto de inteligibilidades já feitas; de fato, oferecem uma gama de recursos discursivos para a construção social do Eu (2007, 170).

4 APROXIMAÇÕES COM A ABORDAGEM NARRATIVA DA IDENTIDADE E COM A ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA EXISTENCIALISTA

Duas outras abordagens estabelecem uma relação direta entre processos narrativos e a identidade: a Abordagem Narrativa da Identidade e a Abordagem Fenomenológica Existencialista. Mesmo não recebendo o aprofundamento necessário, estas duas abordagens serão, no presente artigo, rapidamente citadas, na medida em que se considera que sua total ausência não seria adequada a uma revisão, mesmo que limitada a teorias específicas da temática da narrativa e identidade.

A Abordagem Narrativa da Identidade tem como referência autores próximos ao cognitivismo social, sendo seus principais autores Dan McAdam (2001; 2015), McAdam, Josselson e Lieblich (2006) e Ron Harré (HARRÉ; GILLET, 1999). Para McAdam (2001) a identidade se constitui a partir da cultura, que provê os modelos a partir dos quais ela é construída. A cultura, grupos sociais específicos, definem *scripts* que são incorporados pelas pessoas nas narrativas que elaboram sobre si:

> Ao estar imerso em uma determinada cultura, cada indivíduo internaliza aspectos desses modelos culturais e cria representações individualizadas de sua vida e de si mesmo, formando uma narrativa de vida em relação ao roteiro cultural, seja se conformando ou se desviando desses ideais (FIVUSH, 2008, 51).

Assim, para os autores próximos à Abordagem Narrativa da Identidade, o Eu e suas identidades dependem da inserção do indivíduo no mundo social e de sua história pessoal e familiar. A perspectiva de McAdam toma como referência os processos de desenvolvimento da identidade adulta de Erik Erikson (1976) e considera que, ao longo do seu desenvolvimento, as habilidades cognitivas do indivíduo o permite, cada vez mais, organizar de forma coerente uma narrativa abrangente de sua própria vida. A apropriação pelo sujeito de sua história relaciona-se com seu desenvolvimento psicossocial e seu amadurecimento. É justamente a possibilidade de organizar uma história de vida e produzir uma narrativa autobiográfica que a identidade emerge. A identidade, através da narrativa, possui, então, uma função organizadora do Eu:

> uma função de integração sincrônica, organizando os diferentes papéis sociais, as diversas formas de relacionamento, os sentimentos e pensamentos, de maneira que eles possam ser vistos e entendidos como partes da mesma configuração do self. (VIEIRA; HENRIQUES, 2014, 166).

A Abordagem Narrativa da Identidade destaca, justamente, essa função integradora da narrativa em relação às múltiplas identidades do indivíduo, tanto sincrônica, quanto diacronicamente.

A Abordagem fenomenológica existencialista tem em Sartre seu principal representante. Sartre dedicou grandes obras à compreensão de importantes biografias: Jean Genet, Baudelaire, Mallarmé, Flaubert e ele mesmo. Nessas obras, Sartre procurou compreender os sentidos que constituem a singularidade de uma vida, como cada pessoa internaliza os valores culturais de sua época e age constituindo novos valores (CHARMÉ, 1984, 4).

Sartre rejeita a ideia de um Eu preexistente à consciência, como algo do qual nos déssemos conta na medida em que paramos para observá-la. É a consciência que constitui o Eu. Sartre compreende a estrutura original da consciência como um fluxo contínuo de momentos cuja simultaneidade é constituída pela própria consciência, que unifica não apenas seus diversos objetos como a si mesma, como consciência de ser consciência. O Eu constitui-se, justamente, dessa consciência reflexiva de ser consciência. O Eu constitui-se como uma unidade reflexiva de ações, pensamentos, estados e sentimentos (SARTRE, 1994)

Para Sartre, a vida de uma pessoa só adquire sentido na medida em que é narrada, ou por outra pessoa ou por ela mesma. O conceito de projeto fundamental ou projeto ontológico adquire aqui grande importância. Charmé o define como uma "estrutura cumulativa de significados que se desdobra lentamente ao longo da vida e conecta o passado, presente e futuro da pessoa em um todo coerente" (1984, 2). A formação do Eu pressupõe, assim, a constituição de uma unidade narrativa. Para essa concepção, nós vivemos o tempo fluindo instante a instante e tendemos a ligar esses instantes a um sentido já dado, pressuposto. Para Sartre, esse sentido decorre de um projeto, que não está dado, muito embora vivido como dado, inclusive como uma forma de reduzir o desespero frente à sua indeterminação e à nossa liberdade. Frente a essa indeterminação, somos nós que constituímos o sentido de nossas vidas. Isso fica claro no relato autobiográfico: "Histórias não podem ser realmente constituídas nem da minha própria vida tampouco a de outra pessoa" (CHARMÉ, 1984, 13). História não, mas o sentido dado a elas, sim. Dessa forma, a investigação biográfica não é uma investigação pela história, mas pelo sentido. E esse só poderá ser um pressuposto, uma hipótese. Para ser uma hipótese relevante, que precisa ser plausível e coerente, "Sartre estabelece a ideia de que o Eu não é nem estático nem fixo mas constituído por uma história pela qual eventos são continuamente ordenado e avaliados, e o tempo é manipulado" (CHARMÉ, 1984, 15).

A Perspectiva Fenomenológica Existencialista destaca a importância da narrativa para o processo de constituição do sujeito e de seu projeto de vida e reforça nossa responsabilidade perante tal processo. A reflexão feita por Sartre sobre a má-fé aponta como esse processo pode se dar de forma naturalizada, de forma a proporcionar às pessoas as justificativas que precisam para as posições sociais cômodas que muitas vezes ocupam (SARTRE, 1999).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio procurou colocar em destaque duas abordagens específicas que tematizam com centralidade a relação entre narrativas e identidade: a Abordagem Construtivista e a Abordagem Construcionista. Essas abordagens foram cotejadas entre si e, de forma mais sucinta, com outras duas abordagens: a Abordagem Narrativa da Identidade e a Abordagem Fenomenológica Existencialista. Esse conjunto teórico compartilha um entendimento sobre a identidade como um processo que se realiza a partir da cultura e da inserção do indivíduo no mundo social, mediado pela linguagem e pelas narrativas socialmente disponíveis. Dessa forma, a identidade é entendida como algo em permanente construção e redefinição, constituída a partir da multiplicidade das situações sociais, dos discursos e narrativas que caracterizam essas situações, situações essas que se alteram e se modificam ao longo do tempo. A narrativa torna-se, então, não apenas o recurso pelo qual a cultura e a vida social são apropriadas pelo individuo, mas o meio que lhe possibilita constituir uma inteligibilidade e um sentido sobre si.

Muito embora essa confluência, algumas diferenciações entre os autores podem ser demarcadas. Gergen rejeita uma perspectiva presente em Bruner da narrativa funcionar como um mecanismo cognitivo, relacionada com processos como a motivação e adaptação, por exemplo. Gergen também se distingue da perspectiva de Bruner que toma a narrativa como um discurso do sujeito sobre si e que, a partir daí, permite compreender esse sujeito. A perspectiva de Gergen parece se afastar de uma compressão da singularidade e buscar, através da autonarração, a compreensão das narrativas sociais. Bruner, por sua vez, talvez por uma influência dos conceitos de Gênero e Estilo, Significado e Sentido, de Bakhtin, abre para uma possibilidade de compreensão da singularidade por intermédio da genericidade, daquilo que é comum e compartilhado da narrativa. Muito embora esses pontos de afastamento, ambos os autores compartilham a importância dos gêneros narrativos, das suas formas canônicas e estereotipadas, dos critérios que se estabelecem a partir delas para a construção de uma narrativa de si.

As contribuições da Abordagem Narrativa e da Abordagem Fenomenológica Existencialista aparecem como uma mediação possível em relação às duas abordagens anteriores: A Abordagem Narrativa da Identidade assinala uma dimensão importante dos processos identitários, justamente sua função de integração e constituição de uma coerência ao Eu. O existencialismo de Sartre, por sua vez, demarca o caráter fundamental do projeto ontológico como algo articulador presente em qualquer narrativa.

NARRATIVES AND IDENTITY: CONTRIBUTIONS OF CONSTRUCTIVISM AND SOCIAL CONSTRUCTIONISM

Abstract: This article aims to present the theoretical approaches that thematize the relationship between narratives and identity, with emphasis on the Approaches of Constructivism and Social Constructionism. It takes as reference recognized authors of these two approaches (Jerome Bruner and Jenneth Gergen) to relate them to each other and also to two other approaches that thematize narratives and identity: the Narrative Approach to Identity and the Phenomenological Existentialist Approach. The theoretical analysis highlights the different perspectives given by constructivism and constructionism to the social processes that define the narratives to the subject, who, in turn, elaborates a narrative about himself. The article also presents the relevance of complementary aspects brought by both the Narrative Approach to Identity and the Phenomenological Existentialist Approach to the debate on the relationship between narratives and identities.

Keywords: Identity. Narratives. Constructivism. Social constructionism.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria E. Pereira. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. (Volochínov, V.N.) **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 13ª. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J. e FERNÁNDEZ, M.) **La Investigacion Biografico-Narrativa en Educacion**. Enfoque y metodologia. Madrid: Editorial La Muralla, 2001.

BRAIT, B. (org) **Bakhtin: conceitos-chave**. 5ª.Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BRUNER, J. Life as Narrative. **Social Research**. 54(1),11-32. 1987.

BRUNER, J. The Narrative Construction of Reality. **Critical Inquiry**, Vol. 18, No. 1 (Autumn, 1991), pp. 1-21. 1991.

BRUNER, J. **Realidade mental. Mundos possíveis**. Trad. Marcos A. G. Domingucs. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

BRUNER, J. **Actos de Significado**. Lisboa: Edições 70, 2008.

CHARMÉ, S. L. **Meaning and Myth in the Study of Lives**. A Sartrean Perspective. Philadelphia: Universiy of Pennsylvania Press, 1984.

ERIKSON, E. **Identidade, Juventude e Crise**. Trad. Álvaro Cabral. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FIVUSH, R. Remembering and reminiscing: How individual lives are constructed in family narrative. **Memory Studies**, 1, 49-58, 2008. DOI/10.1177/1750698007083888

GERGEN K. J. **Construccionismo social, aportes para el debate y la práctica**. Trad. Angela M. E. Mesa; Silvia D. Ferráns. Bogotá: Uniandes, 2007.

GERGEN, K. J. **Social Construction in Context**. London: Sage, 2001.

GERGEN, K. J. O Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. Trad. Ercy José Soar Filho. **InterThesis.** Vol 6. N. 1. p; 299-325. Jan/Jul. 2009.

GIROUX, H. **Atos impuros**: **a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOFFMAN, E. **Os Quadros da Experiência Social**. **Uma perspectiva de análise**. Trad. Gentil A. Titton. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

HARRÉ, R., e GILLET, G. **A mente discursiva**: **Os avanços na Ciência Cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

KAUFMANN, J-C. **A Invenção de Si**. **Uma Teoria da Identidade**. Lisboa: Editora Piaget, 2005.

LOCK, A. E STRONG, T. **Social Constructionism. Sources and Stirrings in Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

McADAM, D.P. **The art and science of personality development**. New York: The Guildford Press, 2015.

McADAM, D.P. The Psychology of Life Stories. **Review of General Psychology**. V. 5. N. 2. Pp. 100-122. 2001.

McADAMS, D. P. ; JOSSELSON, R.; e LIEBLICH, A.(orgs) **Identity and Story: Creating Self in Narrative**. Washington: APA, 2006.

MOUTINHO, K., De CONTI, L. Análise Narrativa, Construção de Sentidos e Identidade. Psicologia: **Teoria e Pesquisa**. Vol. 32 n. 2, pp. 1-8. Abr-Jun, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e322213

SARTRE, J. P. **A transcendência do Ego** (seguido de consciência de si e conhecimento de si). Trad. Pedro M. S. Alves. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

SARTRE, J. P. **O Ser e o Nada – Ensaio de ontologia fenomenológica**. Trad. Paulo Perdigão. 7a. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VIEIRA, A. G.; HENRIQUES, M. R. A Construção Narrativa da Identidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 27 (1), pp. 163-170. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-79722014000100018

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Trad. José Cipolla Neto; Luis S. N. Barreto; Solange C. Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOSTSKY, L. S. Manuscrito de 1929. Trad. Alexandra Marenitch. **Educação e Sociedade**. Ano XXI. Nº. 71. Julho. 2001. https://doi.org/10.159/S0101-73302000000200002